Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2021 e Relatório sobre
a Revisão de Informações Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 -
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.454	22.240
Contas a receber de clientes	6	31.621	18.387
Despesas antecipadas		1.072	744
Impostos a recuperar	7	3.956	1.004
Créditos diversos		318	106
Total		86.421	42.481
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	8	28.077	26.194
Impostos a recuperar	7	5.253	5.191
Outros Créditos		81	55
IRPJ e CSLL diferidos	9	935	709
Arrendamentos	14	3.120	2.722
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	275.801	289.650
Total		313.324	324.578
TOTAL DO ATIVO		399.745	367.059

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	Nota	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.798	1.134
Contas a pagar - Eletrobras	11	41.194	18.507
Debêntures	12	55.734	51.303
Impostos a recolher		1.852	1.677
Provisão IRPJ e CSLL	9	8.388	2.856
Partes relacionadas	21.1	1.471	4.678
Dividendos a pagar	21.2	22.000	32.891
Outras obrigações		243	500
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	91	34
Total		133.421	114.230
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	12	186.780	206.060
Arrendamentos	14	3.368	2.949
Provisão para Desmobilização	10.3	9.931	9.773
Total		200.079	218.782
Total do Passivo		333.500	333.012
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		964	964
Reservas de lucro		65.281	33.083
Total do patrimônio líquido		66.245	34.047
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		399.745	367.059

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita Operacional Líquida	16	65.031	143.869	45.138	130.235
Custo da Operação	18	(19.456)	(52.367)	(16.040)	(47.110)
LUCRO BRUTO		45.575	91.502	29.098	83.125
Despesas / Receitas Operacionais:					
Gerais e administrativas	18	(1.458)	(4.701)	(1.391)	(4.383)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.319	3.750	1.134	3.090
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		45.436	90.551	28.841	81.832
Receitas financeiras	19	456	896	159	506
Despesas financeiras	19	(5.169)	(13.725)	(3.424)	(10.699)
Variação cambial, líquida	19	-	1	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		40.723	77.723	25.576	71.639
Imposto de Renda e Contribuição Social	9				
Corrente		(13.925)	(26.642)	(8.757)	(24.544)
Diferido		77	226	67	205
Lucro Líquido do Período		26.875	51.307	16.886	47.300
Lucro por ação					
Lucro Líquido Básico por ação	20	0,19	0,36	0,12	0,34
Lucro Líquido Diluído por ação	20	0,19	0,36	0,12	0,34

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS DE TRÊS
E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Lucro Líquido do Período	26.875	51.307	16.886	47.300
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	26.875	51.307	16.886	47.300

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucro			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		964	193	4.726	-	5.882
Lucro líquido do período		-	-	-	47.300	47.300
Distribuição de Dividendos		-	-	(4.726)	-	(4.726)
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		964	193	-	47.300	48.457
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		964,00	193,00	32.890,00	-	34.047,00
Lucro líquido do período	15 c.3	-	-	-	51.307	51.307
Distribuição de Dividendos	15.c.2	-	-	(19.109)	-	(19.109)
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		964	193	13.781	51.307	66.245

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2021	30/09/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		51.307	47.300
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas			
atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	26.416	6.420
Crédito de Pis e Cofins		(1.287)	(6.450)
Juros sobre a dívida	19	13.038	10.098
Despesas (Receitas) Financeiras	19	687	600
Depreciação e amortização	10	15.166	15.339
		105.327	73.307
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(13.234)	632
Créditos diversos		(238)	76
Impostos a recuperar	7	(3.014)	859
Despesas antecipadas		(328)	(1.091)
Fornecedores		615	681
Contas a pagar - Eletrobras	11	22.687	(23.703)
Impostos a recolher		175	2.762
Partes Relacionadas	21.1	(3.207)	(1.134)
Outras obrigações		(257)	(116)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		108.526	52.273
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	9	(21.110)	(1.901)
Pagamento de juros	12	(4.090)	(6.029)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		83.326	44.343
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10	(123)	(48)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		(123)	(48)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Arrendamento	14.b	(309)	(270)
Pagamento de debentures	12	(23.797)	(21.877)
Pagamento de dividendos	21.2	(30.000)	(4.726)
Aplicaçoes financeiras vinculadas		(1.883)	(20.216)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(55.989)	(47.089)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		27.214	(2.794)
Demonstração do Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	22.240	33.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	49.454	31.150

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS
DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas	162.454	146.694
Vendas de energia	158.704	143.604
Outras receitas	3.750	3.090
Insumos Adquiridos de Terceiros	40.365	34.721
Custos da Operação	35.887	30.546
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.478	4.175
Valor Adicionado Bruto	122.089	111.973
Depreciação e Amortização	15.166	15.339
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	106.923	96.634
Valor Adicionado Recebido em Transferência	896	506
Receitas financeiras	896	506
Valor Adicionado Total a Distribuir	107.819	97.140
Distribuição do Valor Adicionado	107.819	97.141
Impostos, taxas e contribuições	41.263	37.709
Federais	41.251	37.709
Municipais	12	-
Remuneração de capitais de terceiros	15.249	12.132
Juros	13.724	10.699
Aluguéis	1.525	1.433
Remuneraçao de capitais proprios	51.307	47.300
Lucro retido	51.307	47.300
	107.819	97.140

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro 2021
(Em milhares de reais – R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER) a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGERe é uma subsidiaria da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, q qual detém 100% do seu capital social possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n. º 2879/2020 é valido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n. º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 14 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2021), a geração média anual equivale a 385 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 47.000 em 30 de setembro de 2021 (R$ 71.749 em 2020).

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas informações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que a fonte para a geração de energia.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" de ativos, descontinuidade.

Os ativos da companhia seguem em operação e desempenho conforme o esperado, apresentando uma taxa de disponibilidade de 99,21%, que índica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período. Este indicador comprova que os ativos estão em pleno funcionamento e aproveitamento, com esta informação pode-se destacar que as informações financeiras intermediárias encerradas em 30 de setembro de 2021 não requerem nenhum ajuste.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações Intermediarias - ITR estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições contidas no CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e IAS 34 *Interim Financial Reporting* (Informações Intermediarias). As normas contábeis brasileiras estão convergentes com as normas internacionais – International Financial Reporting Standards (IFRS). As ITR também foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), utilizando o custo histórico amortizado como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas.

Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020, que não sofreram modificações nos primeiros nove meses de 2021, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2020.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 29 de outubro de 2021.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que foram utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 30 de setembro de 2021, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021, sendo elas:

a) Pronunciamentos emitidos e já com efeito aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2021:

(I) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 15 - Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(II) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 16 - Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos na ITR de 30.09.2021.

b) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

(I) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17 - Pronunciamentos Técnicos CPC

(II) CPC 11 – Contratos de Seguros.

(III) CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

(IV) CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estimada a taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo de caixa e bancos	9.650	167
Aplicações financeiras	39.804	22.073
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	49.454	22.240

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	30/09/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	3,01% a.a.	31	30
Banco Itaú	ITAU APLIC AUT MAIS	Indefinido	2,92% a.a.	39.773	22.043
				39.804	22.073

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás.

	30/09/2021	31/12/2020
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	31.621	18.387

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 30 de setembro de 2021.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	30/09/2021	31/12/2020
IR a compensar	3.338	1.435
CSLL a compensar	1.778	113
PIS a compensar	744	823
COFINS a compensar	3.349	3.710
Outros Impostos a compensar	-	114
	9.209	6.195
Circulante	3.956	1.004
Não Circulante	5.253	5.191
	9.209	6.195

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal. A companhia vislumbra que irá gerar débitos suficientes para compensar todos os créditos registrados e classifica os mesmos entre circulante e não circulante baseado na expectativa da geração de tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	30/09/2021	31/12/2020
Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a)	1.159	1.146
Créditos de PIS e COFINS (b)	4.094	4.045
	5.253	5.191

(a) Créditos referentes a pedido de restituição protocolados junto à RFB.

(b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

	30/09/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas	28.077	26.194

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	30/09/2021	31/12/2020
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	2,92% a.a.	28.077	26.194

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Resultado antes dos tributos	40.723	77.723	25.576	71.639
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(13.846)	(26.426)	(8.696)	(24.357)
Outras diferenças permanentes líquidas	(2)	10	6	18
Imposto de renda e contribuição social	(13.848)	(26.416)	(8.690)	(24.339)
Corrente	(13.925)	(26.642)	(8.757)	(24.544)
Diferido	77	226	67	205
Total	(13.848)	(26.416)	(8.690)	(24.339)
Alíquota efetiva	(34,01%)	(33,99%)	(33,98%)	(33,97%)

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	30/09/2021			31/12/2020		
Ativo Diferido	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças Temporárias	688	247	935	521	188	709
Ativo Não Circulante	688	247	935	521	188	709

Realização do ativo diferido	
2022	935
Total	935

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		30/09/2021			31/12/2020
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	831	(753)	78	92
Máquinas e equipamentos	10%	1.544	(920)	624	623
Móveis e utensílios	10%	823	(743)	80	101
Instalações	10%	300	(171)	129	149
Veículos	20%	129	(110)	19	39
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.874	(44.272)	40.602	42.598
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(373.697)	225.908	237.276
Desmobilização		9.331	(970)	8.361	8.772
		697.437	(421.636)	275.801	289.650

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2019	46.416	259.769	306.185
Adições	82	-	82
Desmobilização	-	1.750	1.750
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(439)	(439)
Depreciação do exercício	(2.895)	(16.470)	(19.365)
Saldo em 31/12/2020	43.603	246.047	289.650

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Adições	123	-	123
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.084	1.084
Amortização Desmobilização	-	(411)	(411)
Depreciação do período	(2.194)	(12.451)	(14.645)
Saldo em 30/09/2021	41.532	234.269	275.801

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 234.269 (R$ 246.047 em 2020) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 30 de setembro de 2021.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 99,21% em setembro de 2021, 99,06% em 2020 e 98,7% em 2019, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 30 de setembro 2021, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R$ 9.931 (R$ 9.773 em 2020).

11. CONTAS A PAGAR - ELETROBRÁS

	30/09/2021	31/12/2020
Contas a pagar - Eletrobrás	41.194	18.507

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12. DEBÊNTURES

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em junho de 2021 foi efetivada a quarta amortização de debentures.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R$227.000	(710)	163.798	2.663	165.751
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R$98.000	(1.447)	74.096	4.114	76.763
			R$325.000	(2.157)	237.894	6.777	242.514

	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	55.734	51.303
Não Circulante	186.780	206.060
Total Debêntures	242.514	257.363

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2022	42.557
2023	45.374
2024	47.807
2025	51.042
Total Passivo não Circulante	186.780

12.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures	
Saldo inicial - 31/12/2019	296.977
Emissão de Debêntures	-
Juros Incorridos	9.658
Amortização de debêntures	(21.877)
Amortização de juros	(6.029)
Custo de Captação a apropriar	440
Saldo final - 30/09/2020	279.169
Saldo inicial - 31/12/2020	257.363
Juros Incorridos	12.633
Amortização de debêntures	(23.797)
Amortização de juros	(4.090)
Custo de Captação a apropriar	405
Saldo final - 30/09/2021	242.514

12.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/20 a Companhia cumpriu as cláusulas de *covenants* pré-estabelecidas. Tendo em vista que a exigibilidade de comprimento é anual, para o exercício social de 2021 a companhia vem acompanhando os índices financeiros.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 15).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Dívida (a)	242.514	257.363
Caixa, Equivalentes e Aplicações vinculadas (b)	77.531	48.434
Dívida líquida	164.983	208.929
Patrimônio líquido (c)	66.245	34.047
Índice de endividamento líquido	2,49	6,14

(a) A dívida é definida com debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	30/09/2021	31/12/2020
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	49.454	22.240
Aplicações financeiras vinculadas	2	28.077	26.194
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	31.621	18.387
Total dos ativos financeiros		109.152	66.821
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	1.798	1.134
Contas a pagar - Eletrobrás	-	41.194	18.507
Partes Relacionadas e dividendos	-	23.471	37.569
Debentures	-	242.514	257.363
Outras obrigações	-	243	500
Total dos passivos financeiros		309.220	315.073

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 30 de setembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 30/09/2021
Passivos					
Fornecedores	1.798	-	-	-	1.798
Contas a pagar - Eletrobrás	20.597	20.597	-	-	41.194
Partes Relacionadas e dividendos	23.471	-	-	-	23.471
Outras obrigações	243	-	-	-	243
Debentures	30.427	30.359	124.771	96.561	282.118
	76.536	50.956	124.771	96.561	348.824

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução de 100 pontos base no CDI e 220 pontos base no IPCA é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das prováveis mudanças nas taxas de juros. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 30 de setembro de 2021:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	28.077
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	3,95%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	
	Perda	(1.108)
		(1.108)
	Passivo Financeiro	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	165.751
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	12,59%
		(6.539)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	76.763
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	16,81%
		(3.470)

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	30.09.2021				2020
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	735	(92)	643	615
Contrato de Locação	Até 2041	863	(79)	784	636
Contrato de Locação	Até 2042	1.085	(105)	980	797
Contrato de Locação	Até 2045	789	(76)	713	674
		3.472	(352)	3.120	2.722

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2020	2.722
Adição	508
Depreciação	(110)
Saldo em 30/09/2021	3.120

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	34	2.949	2.983
Adição	-	508	508
Juros	-	277	277
Transferências	366	(366)	-
Amortizações	(309)	-	(309)
Saldo em 30/09/2021	91	3.368	3.459

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de setembro 2021.

Passivo leasing saldo final	2021
Conforme apresentado IFRS 16	3.459
Com efeito da inflação	3.772
	9,04%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.120
Com efeito da inflação	3.402
	9,04%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	276
Com efeito da inflação	301
	9,04%

Passivo leasing saldo final	2021
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	111
Com efeito da inflação	121
	9,04%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no período:

	30/09/2021	31/09/2020
Despesa Arrendamentos	1.314	1.224

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

c) Distribuição de lucro:

c.1) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. Desta forma, a Companhia destinou em 2020 o valor de R$ 32.891, corresponde a 50% do Lucro Líquido de 2020.

c.2) Adicionalmente, em maio de 2021 a companhia destinou dividendos no valor de R$ 19.109, atingindo o total de destinação de dividendos referentes ao lucro de 2020 no valor de R$ 52.000 que conforme a Ata de 9 de abril de 2021 serão distribuídos no decorrer do exercício de 2021.

c.3) Lucro Líquido do período – A companhia obteve o lucro líquido de R$ 51.307, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2021.

16. RECEITA

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita Bruta				
Venda de energia	71.659	158.704	49.739	143.604
Impostos sobre vendas	(6.628)	(14.835)	(4.601)	(13.370)
Receita líquida	65.031	143.869	45.138	130.234

17. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

18. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Despesa Classificada por função				
Custo da Operação	19.456	52.367	16.040	47.110
Gerais e Administrativas	1.458	4.701	1.391	4.383
Outras receitas operacionais líquidas	(1.319)	(3.750)	(1.134)	(3.090)
Total	19.595	53.318	16.297	48.403
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	10.711	27.536	7.816	22.683
Encargos Uso do Sistema e Produção	3.005	8.351	2.683	7.864
Arrendamentos	612	1.314	437	1.224
Depreciação	5.128	15.166	5.104	15.339
Despesa com Seguros	354	1.087	449	904
Despesa com Serviços Profissionais	570	1.935	1.148	2.246
Outras Despesas Administrativas	534	1.679	(206)	1.233
Outras receitas operacionais líquidas	(1.319)	(3.750)	(1.134)	(3.090)
Total	19.595	53.318	16.297	48.403

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E VARIAÇÃO CAMBIAL

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas aplicações financeiras	434	867	157	491
Outras Despesas (Receitas)	22	29	2	15
Receitas financeiras	456	896	159	506
Despesa com Juros	(4.937)	(13.038)	(3.213)	(10.098)
Despesa Financeira com Desmobilização	(53)	(158)	(55)	(166)
Despesas Financeira Arrendamento l	(94)	(276)	(81)	(223)
Outros	(85)	(253)	(75)	(212)
Despesas financeiras	(5.169)	(13.725)	(3.424)	(10.699)
Variação Cambial Líquida	-	1	-	-

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 -Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Numerador				
Lucro disponível aos acionistas	26.875	51.307	16.886	47.300
Denominador				
Número de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	0,19	0,36	0,12	0,34
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro disponível aos acionistas	26.875	51.307	16.886	47.300
Denominador				
Número de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	0,19	0,36	0,12	0,34

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda. possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE G com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

21.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	30/09/2021	31/12/2020
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Wobben Windpower	-	1.746
Elecnor do Brasil Ltda.	132	119
Enerfín Sociedade de Energia Ltda.	1.339	2.813
Totais	1.471	4.678

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Resultado (a)				
Custo da Operação				
Aquisição de Serviços				
Wobben Windpower Ltda.	6.337	17.421	4.672	13.449
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	3.788	8.499	2.632	7.741
Elecnor do Brasil Ltda.	461	1.247	393	1.139
Totais	10.586	27.167	7.697	22.329

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

21.2. Dividendos

A Companhia destinou em 2020 o valor de R$ 32.891, corresponde a 50% do Lucro Líquido de 2020, e em maio de 2021 destinou o valor de R$ 19.109, conforme Ata de 9 de abril de 2021, totalizando a destinação de dividendos no valor de R$ 52.000. No trimestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia pagou dividendos de 2020 no valor de R$ 30.000. Abaixo segue demonstrado o saldo de dividendos a pagar em 2021:

	Dividendos a pagar para Acionistas	
	30/09/2021	31/12/2020
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	2.200	3.289
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE – G	2.200	3.289
Rio Sul 1 Energia Ltda	17.600	26.313
Totais	22.000	32.891

21.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados atrás de outas empresas pertencentes ao grupo responsáveis pela gestão da operação.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação e venda de sucata.

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Créditos de Pis e Cofins	1.304	3.735	1.134	3.090
Receita de Sucata	15	15	-	-
Total	1.319	3.750	1.134	3.090

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 30/09/2021
Encargos de Transmissão	8.351
Arrendamentos	1.314
Wobben Windpower	2.112
Total	11.777

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados

Ventos do Sul Energia S.A

No terceiro trimestre do exercício de 2021 o lucro líquido foi de R$ 26.875, representando um aumento de 59,2% (R$ 9.989) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 16.886.

No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 o lucro líquido apurado foi de R$ 51.307, representando um aumento de 8,5% (R$ 4.007) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante apurado foi de R$ 47.300. O principal motivo para a aumento foi o acréscimo da receita bruta, decorrente da maior incidência de ventos no período.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

	3º Trimestre			9 Meses		
	2021	2020	AH%	2021	2020	AH%
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**71.659**	**49.739**	**44,1%**	**158.704**	**143.604**	**10,5%**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(6.628)	(4.601)	44,1%	(14.835)	(13.370)	11,0%
Receita Operacional Líquida	**65.031**	**45.138**	**44,1%**	**143.869**	**130.235**	**10,5%**
Custo da Operação	(19.456)	(16.040)	21,3%	(52.367)	(47.110)	11,2%
LUCRO BRUTO	**45.575**	**29.098**	**56,6%**	**91.502**	**83.125**	**10,1%**
Despesas / Receitas Operacionais						
Gerais e administrativas	(1.458)	(1.391)	4,8%	(4.701)	(4.383)	7,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.319	1.134	16,3%	3.750	3.090	21,4%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**45.436**	**28.841**	**57,5%**	**90.551**	**81.832**	**10,7%**
Receitas financeiras	456	159	186,8%	896	506	77,1%
Despesas financeiras	(5.169)	(3.424)	51,0%	(13.725)	(10.699)	28,3%
Variação cambial, líquida	-	-	-	1	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**40.723**	**25.576**	**59,2%**	**77.723**	**71.639**	**8,5%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(13.848)**	**(8.690)**	**59,4%**	**(26.416)**	**(24.339)**	**8,5%**
Corrente	(13.925)	(8.757)	59,0%	(26.642)	(24.544)	8,5%
Diferido	77	67	14,9%	226	205	10,2%
Lucro Líquido do Período	**26.875**	**16.886**	**59,2%**	**51.307**	**47.300**	**8,5%**
Lucro por ações						
Lucro Líquido Básico por ação	**0,19**	**0,12**	**59,2%**	**0,36**	**0,34**	**8,5%**
Lucro Líquido Diluído por ação	**0,19**	**0,12**	**59,2%**	**0,36**	**0,34**	**8,5%**

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA						
Lucro Líquido	**26.875**	**16.886**	**AH%**	**51.307**	**47.300**	**AH%**
Depreciação e amortização	5.128	5.104	0,5%	15.166	15.339	(1,1%)
Resultado Financeiro	4.713	3.265	44,3%	12.828	10.193	25,9%
Contribuição Social	3.667	2.302	59,3%	6.997	6.447	8,5%
Imposto de renda	10.181	6.388	59,4%	19.419	17.892	8,5%
EBITDA	**50.564**	**33.945**	49,0%	**105.717**	**97.171**	8,8%
Margem EBITDA	77,8%	75,2%		73,5%	74,6%	

Receita Bruta

A receita bruta registrada no terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 71.659, representando um aumento de 44,1% (R$ 21.920) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 49.739.

No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 a receita bruta apurada foi de R$ 158.704, representando um aumento de 10,5% (R$ 15.100) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 143.604.

Deduções da receita Bruta

O total de deduções da receita bruta registradas no terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 6.628, representando um aumento de 44,1% (R$ 2.027) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 4.601. No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 o montante registrado foi de R$ 14.835, representando um aumento de 11% (R$ 1.465) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 13.370.

Custo da Operação

O custo de operação registrado no terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 19.456, representando um incremento de 21,3% (R$ 3.416) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 16.040.

No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 o montante registrado foi de R$ 52.367, representando um aumento de 11,2% (R$ 5.257) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 47.110.

Gerais e Administrativos

Os gastos gerais e administrativos registrados no terceiro trimestre de 2021 foram de R$ 1.458, apresentando um aumento de 4,8% (R$ 67) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 1.391.

No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 o montante registrado foi de R$ 4.701, representando um aumento de 7,3% (R$ 318) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 4.383.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido registrado no terceiro trimestre de 2021 se apresentou negativo em R$ 4.713, representando um incremento de 44,3% (R$ 1.448) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 3.265. No acumulado do período de nove meses findo em setembro de 2021 o montante registrado também foi negativo em R$ 12.828, representando um aumento de 25,9% (R$ 2.635) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 10.193.

Este aumento é decorrente principalmente do aumento nas despesas financeiras relacionadas aos encargos de atualização monetária das debentures emitidas pela companhia, as quais totalizaram o montante de despesa de R$ 12.633 no período findo em setembro de 2021, representando um incremento de 30,8% (R$2.975) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 9.658 de despesas referentes aos encargos da dívida.

Contribuição Social e Imposto de Renda

As despesas com tributos sobre o resultado no terceiro trimestre de 2021 somaram R$ 13.848, representando um aumento de 59,4% (R$ 5.158) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 8.690. No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 o montante registrado foi de R$ 26.416, representando um aumento de 8,5% (R$ 2.077) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 24.339. Este aumento reflete principalmente os efeitos da variação no Lucro Antes dos Tributos.

EBITDA

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) apurado no terceiro trimestre de 2021 foi de R$ 50.564, representando uma margem EBITDA de 77,8% em relação a receita líquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, o mesmo apresentou um aumento de 49%, período no qual o montante apurado foi de R$ 33.945. No período acumulado de nove meses findo em setembro de 2021 o montante registrado foi de R$ 105.717, representando um aumento de 8,8% (R$ 16.619) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante apurado foi de R$ 97.171.